

Ambientalismo e ecoturismo: possibilidades e limitações para um novo encontro com o natural

Jacqueline Dornas de Oliveira
Pós-graduanda em Gestão Ambiental - SENAC/MG

Bernardo Machado Gontijo
Professor Adjunto do Departamento de Geografia do IGC/UFMG

Resumo

Muito vem sendo falado, nos últimos anos, sobre a chamada “questão ambiental” e os possíveis rumos os quais o planeta poderá seguir no que diz respeito aos seus níveis de qualidade ambiental. O movimento ambientalista tem sido um dos grandes atores nessas constantes discussões, ao mesmo tempo em que vem passando por constantes mudanças e agregando cada vez mais facetas e adeptos. Por outro lado, o Ecoturismo tem sido enxergado como uma aposta para a melhoria da questão ambiental e como uma ferramenta de conscientização de pessoas no que tange essa problemática. O presente artigo tem por objetivo apresentar uma breve explanação a respeito do histórico e de alguns dos diferentes aspectos do movimento ambientalista em sua correlação ao Ecoturismo, percebendo as reais potencialidades e entraves da atividade para o alcance de uma real conscientização ambiental.

Abstract:

Over the last years, a lot has been said about the so-called “environment issue” and the possible courses through which the planet might go concerning the environmental quality levels. The environmentalist movement has been one of the great actors in these constant discussions, as it has gone through frequent changes, acquiring new facets and fans. On the other hand, Ecotourism is over discerned as an option to improve the environmental reality and as a tool that will help bring awareness regarding this problem. The purpose of the following article is to offer a brief explanation about the history and some of the different aspects of the environmental movement and its relation to the Ecotourism, realizing the real potentials and barriers of the activity to reach true environmental awareness.

Recebido 08/2012
Aprovado 10/2012

Palavras-chave: ambientalismo; ecoturismo; conscientização

Key words: *environmentalist; ecotourism; awareness*

jackieddo@gmail.com
gontijobm@yahoo.com.br

Introdução

Diante de perspectivas assustadoras de degradação e colapso ambiental apresentadas por vários cientistas e teóricos ¹, muito vem sendo falado nas últimas décadas e, principalmente na entrada desse novo século, sobre a atual necessidade de conservação da Terra e de seus “recursos” ambientais. Temas como, “conservação ambiental”, “consciência ambiental” e “sustentabilidade” - que em alguns momentos tornam-se apenas jargões, permeiam várias áreas de estudo e atividades realizadas, principalmente, nos centros das grandes sociedades modernas do mundo contemporâneo. A falta de atitudes que reflitam essa preocupação passa a ser, atualmente, algo aparentemente inaceitável perante o conjunto da sociedade dita responsável e consciente. Dessa forma, é possível encontrar várias instituições e organizações (governamentais ou não) que se dispõem a pregar e fazer da sustentabilidade ambiental algo global e efetivo, assim como também são vistas diversas empresas e indústrias que se orgulham de sua auto-proclamada consciência ambiental (ou ecológica) e preocupação com o futuro social do planeta. Entretanto, percebe-se que pouco tem sido conquistado no sentido de mudanças efetivas dos impactos das atividades humanas na natureza, a despeito de todos os adeptos, em número cada vez maior, infiltrados nas mais diversas camadas da sociedade civil e das iniciativas pública e privada. A partir dessa percepção, questiona-se qual seria o real interesse dos indivíduos (e instituições) nas chamadas questões ambientais, e, acima de tudo, as verdadeiras motivação e postura por trás de tal discurso.

Entende-se que são várias as frentes a partir das quais se pode inculcar uma mudança de posturas e paradigmas no que tange a relação ser humano – natureza. Dessa maneira, o presente artigo tem por objetivo discutir as potencialidades de uma dessas frentes, a atividade ecoturística, em seu papel educador/conscientizador de turistas/pessoas, no sentido de amenizar alguns dos problemas ambientais existentes em nossa sociedade. Para tal, serão analisados alguns dos vários discursos e práticas ecoturísticas difundidos atualmente a fim de se verificar a qual visão, dentro do espectro ambientalista, essa atividade mais se aproxima e quais os riscos ou oportunidades se originam dessa relação.

O ambientalismo e seus paradoxos

Diante dos inúmeros problemas ambientais aos quais os seres vivos tem se deparado atualmente, e de perspectivas cada vez mais pessimistas a respeito dos rumos da qualidade de vida dos seres vivos nas diversas sociedades, os debates ambientalistas que visam encontrar formas para reduzir ou minimizar os impactos devastadores das atividades humanas no mundo natural vem ganhando cada vez mais força, espaço e voz.. A partir dessas discussões intensificaram-se, ao longo das últimas cinco décadas, diferentes correntes ambientalistas que pregam e defendem, cada qual a sua maneira, uma preocupação ecológica. As diferenças teóricas existentes em cada corrente dizem respeito às ações necessárias e, principalmente, à visão do significado e valor da natureza na Terra.

Ao longo desse tempo de intensificação de debates, a definição de “crise ambiental” era, a cada momento, vista de maneira diferente pelos teóricos envolvidos em tal questão. Em seu livro “Environmentalism and political theory: towards an ecocentric approach”, o autor Robyn

¹ Exemplos de autores que discutem sobre esse tema: James Lovelock (2006); Fritjof Capra (1996); Regina Las Casas (1990); Leonardo Boff (2002/2004).

Eckersley (1992) dividiu esta crise em três fases, sendo a primeira, iniciada na década de 1960, vista como uma crise social de injustiças, em que se colocava a questão da exploração dos recursos como, basicamente, uma questão de participação social: os recursos eram explorados por quem e em benefício de quem? Ou seja, a redução dessa exploração não era abordada pelos estudiosos do tema.

A segunda fase, originada a partir da publicação de relatórios tais como, *“The Limits to Growth”* e *“Blueprint for Survival”* (ECKERSLEY, 1992, p. 11), configurou-se como uma alteração no caráter da crise, passando de disputa social para uma questão de sobrevivência. Esses relatórios mostravam uma realidade de devastação ecológica impressionante, incentivando uma mudança de política ambiental (e comportamentos humanos) urgente, necessária à sobrevivência humana no planeta. A partir desse momento começou-se a fazer uma conexão entre os hábitos de consumo e aumentos exponenciais da população humana aos sinais de deterioração da qualidade de vida.

A terceira e atual perspectiva dos cientistas e teóricos a respeito da crise ambiental, diz respeito à problemática ambiental como uma crise de caráter e como uma oportunidade para emancipação. Segundo os teóricos desse momento, a crise ambiental existente no planeta é, na verdade, um reflexo dos homens e de suas atitudes e posturas, não somente em relação à natureza e aos outros homens, como também sua postura de ser no mundo, de afundar-se em uma sociedade de consumo, ocupar-se tão somente em produzir, desenvolver e consumir cada vez mais e não observar os outros aspectos da existência humana, nem mesmo as indagações do que seria essa existência. O sempre tão valorizado desenvolvimento tecnológico, de acordo com esses ambientalistas, não é mais visto como uma solução ao problema ambiental, mas sim como parte do problema. Segundo Eckersley (1992), a fixação com bens materiais teria se constituído em uma prisão, deixando os homens ligados a produtos desenvolvidos por eles próprios que criaram “necessidades” até então desconhecidas e, atualmente, indispensáveis.

Diante das perspectivas abordadas acima, faz-se necessário abordar algumas das principais visões das sociedades no que diz respeito à dinâmica “ser humano – natureza”, no intuito de se elucidar as razões por trás da crise ambiental, bem como identificar na atividade ecoturística suas similaridades com essas visões.

Cabe ressaltar, entretanto, que apesar de reconhecer a existência de nuances mais específicas nas visões dos homens em relação ao mundo natural, este estudo opta por apresentar apenas os dois principais opostos desse espectro – a visão antropocêntrica e a visão ecocêntrica² – pois se entende que esses dois pólos representam, de maneira mais clara e objetiva, a questão central das variadas posturas e filosofias que permeiam essas relações. Porém, vale salientar que as noções de antropocentrismo e ecocentrismo também são aqui abordadas no contexto das sociedades modernas ocidentais, como produtos de discussão e estudos relacionados à relação entre os homens dessas sociedades e a natureza.

Ademais, é de suma importância apontar que o termo “ecocentrismo” utilizado neste artigo, não é tratado na bibliografia do tema como um consenso, existindo ainda outras utilizações do mesmo. Entretanto, opta-se pela utilização da terminologia de Eckersley, uma vez que sua obra apresenta uma grande magnitude, abrangendo conceitos e explicações bastante detalhadas das filosofias construtoras das diferentes posturas humanas perante o meio natural.

² O autor Robyn Eckersley, principal fonte bibliográfica desse capítulo, explica sua preferência pela utilização do termo ecocentrismo em detrimento do termo biocentrismo ao afirmar que “(...) o prefixo “eco” (diferentemente do prefixo “bio”) abrange não somente organismos individuais que são biologicamente vivos mas também coisas tais como espécies, populações e culturas consideradas entidades em seu próprio direito” (ECKERSLEY, 1992, p. 194).

A visão antropocêntrica

Ao longo dos anos, o homem das sociedades modernas desenvolveu uma relação principalmente utilitarista com a natureza. Para muitos, a natureza não possui um valor intrínseco, mas sim um valor de uso. Todos os elementos naturais dignos de conservação, de acordo com a visão dominante na porção ocidental do globo, o são pela função que possuem ou poderão possuir para melhorar a qualidade de vida do homem de diversas maneiras possíveis. Essa visão de mundo em que o homem é colocado como o centro das atenções e elemento mais importante no esquema natural da Terra é chamada antropocêntrica.

Incorporado nas discussões ambientalistas, o antropocentrismo é uma corrente conservacionista, pois se baseia na ideia da conservação dos recursos naturais de maneira racional. Segundo Diegues (1998) foi nos Estados Unidos, no século XIX, que as primeiras ideias antropocêntricas de conservação começaram a ser sintetizadas (apesar de ainda não possuírem esse título) por Gifford Pinchot³. Diegues (1998) afirma que

Pinchot agia dentro de um contexto de transformação da natureza em mercadoria. (...) acreditava que a conservação deveria basear-se em três princípios: o uso dos recursos naturais pela geração presente; a prevenção de desperdício; e o uso dos recursos naturais para benefício da maioria dos cidadãos (DIEGUES, 1998, p. 29).

Para os antropocêntricos o meio natural deve ser preservado com o intuito de garantir a sobrevivência e a manutenção da qualidade de vida dos seres humanos. Segundo Diegues (2000), a corrente antropocêntrica acredita em uma dicotomia entre homem e o meio natural (não humano), sendo que “os humanos têm direitos de controle e posse sobre os outros seres da natureza, sobretudo mediante a ciência e a tecnologia” (DIEGUES, 2000, p. 09).

Respalado pelo modelo econômico de produção e pelos desejos de progresso tecnológico e industrial, o antropocentrismo conservacionista surge como a alternativa aparentemente mais viável para conciliar os objetivos humanos de desenvolvimento e autoproteção, em última instância.

Mesmo a partir dos anos 1960, quando as ideias conservacionistas de proteção ao meio ambiente ganhavam cada vez mais foro nos espaços políticos de discussão, a visão antropocêntrica dessas sociedades (tomando-se por base o contexto estadunidense) mostrava sua força dominante com sua forte crença cornucopiana. Conforme aponta Eckersley (1992), pode-se dizer que a primeira onda de ativismo ambiental, por basear-se em uma faceta da luta dos direitos civis de participação e melhoria das condições humanas, ignorava ainda preocupações referentes ao mundo não-humano.

Na segunda fase da crise ambiental a discussão ainda possuía um forte cunho antropocêntrico, podendo-se até dizer que a principal preocupação naquele momento era com a sobrevivência dos seres humanos no planeta. Entretanto, apesar de possuir ainda um foco principal no homem, esse momento apresenta uma evolução no pensamento antropocêntrico, uma vez que as questões de excesso de produção, exploração e consequente degradação (nesse momento, passou a existir de fato a percepção dessa ligação causal) eram fortemente criticadas.

Atualmente, na terceira fase, a visão antropocêntrica ainda garante seu espaço e é bastante difundida entre os teóricos “verdes”. De acordo com Eckersley (1992), o movimento ambientalista atualmente pode ser dividido em 5 principais posturas e maneiras de enxergar e atuar sobre as questões ambientais. Segundo ele, não é fácil categorizá-las como totalmente antropocêntricas ou ecocêntricas

³ PINCHOT, Gifford (1865-1946) foi engenheiro florestal (primeiro chefe do United States Forest Service), criou o movimento de conservação dos recursos, apregoando o seu uso racional. O conservacionismo de Pinchot foi um dos primeiros movimentos teórico-práticos contra o “desenvolvimento a qualquer custo”. (DIEGUES, 1998, p. 31).

(com exceção da primeira, considerada exclusivamente antropocêntrica e a última, exclusivamente ecocêntrica), mas podem ser observados elementos mais ou menos relevantes de cada visão em sua filosofia básica. Essas cinco posturas, traduzidas em movimentos atuais são: conservação de recursos, ecologia do bem-estar humano, preservacionismo, liberação animal e ecocentrismo.

Essa dificuldade em caracterizar os movimentos ambientais mostra a grande modificação pela qual a questão ecológica vem passando nos últimos tempos. Cada vez mais pessoas têm se interessado pelos assuntos referentes à conservação e até mesmo realizado tentativas de mudanças em seus hábitos cotidianos que prometem melhorar as condições de vida (humana e não-humana) no planeta. Atualmente, torna-se cada vez mais difícil encontrar pessoas, instituições e empresas que ignoram por completo a questão ambiental. Entretanto, seja por questões culturais e/ou de conveniência econômica e, em alguns casos, necessidade, a visão antropocêntrica é ainda dominante.

Ainda na década de 1980, como uma tentativa limitada ⁴ de difundir a preocupação com os problemas ambientais e gerar uma consciência ecológica capaz de modificar a atual realidade e o possível futuro do planeta, foi desenvolvido e propagado o conceito de “desenvolvimento sustentável”. Entre alguns outros pontos, o desenvolvimento sustentável tem por premissa a capacidade de atender “as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (NOSSO FUTURO COMUM, 1988, p. 46).

Apesar de possuir alternativas interessantes ao desastre ecológico previsto por alguns cientistas, o “desenvolvimento sustentável” possui um foco extremamente antropocêntrico, ainda que uma forma mais consciente de antropocentrismo. Como aponta Eckersley (1992) “desenvolvimento sustentável” significa não meramente sustentar a base de recursos naturais para a *produção* humana, mas também sustentar sistemas biológicos de suporte para a *reprodução* humana” ⁵ (ECKERSLEY, 1992, p. 37). A maior preocupação dos adeptos e defensores dessa forma de desenvolvimento é o ser humano e seu bem estar na Terra. Os direitos pertencentes ao mundo não-humano não são muitas vezes discutidos, sendo considerados somente no que tange a sua utilidade para o mundo humano.

A visão ecocêntrica

Para iniciar a apresentação da visão ecocêntrica, faz-se necessário um resgate do que se pode considerar a gênese do ecocentrismo, o movimento preservacionista. Contrapondo o conservacionismo defendido principalmente por Pinchot, no século XIX, nos Estados Unidos, encontra-se John Muir ⁶, considerado um dos teóricos mais importantes do preservacionismo. O preservacionismo estadunidense pode ser descrito como “a reverência à natureza no sentido de apreciação estética e espiritual da vida selvagem (*wilderness*)” (DIEGUES, 1998, p. 30). Como aponta esse autor, a visão preservacionista almeja proteger a Natureza contra qualquer tipo de desenvolvimento moderno, urbano e industrial.

Um autor importante para esse movimento foi Marsh (1801 – 1882), que produziu obras ⁷ que analisavam, de forma inédita nos Estados Unidos, “os impactos negativos da nossa civilização sobre o meio ambiente” (DIEGUES, 1998, p. 30). Segundo Marsh, os homens se esqueceram de que a terra teria lhes sido “concedida” para usufruto e não degradação e consumo. Em sua opinião, a medida corretiva para a ação devastadora do homem seria uma “regeneração geográfica”, a cura do planeta começando com o controle da tecnologia, o que (...) exigia uma grande revolução política e moral” (DIEGUES, 1998, p. 31).

⁴ Essas limitações observadas no conceito de “desenvolvimento sustentável” baseiam-se na comparação entre os pilares da visão antropocêntrica e da visão ecocêntrica, que será apresentada logo a seguir.

⁵ Tradução a partir do original: “‘sustainable development’ means not merely sustaining the natural resource base for human production but also sustaining biological support systems for human reproduction” (ECKERSLEY, 1992, p. 37).

⁶ MUIR, John, John Muir foi o teórico mais importante dessa linha de pensamento. O preservacionismo também sofreu influência de ideias europeias, como a noção de ecologia, cunhada pelo darwinista alemão Ernest Haeckel, em 1866, segundo a qual os organismos vivos interagem entre si e com o meio ambiente (DIEGUES, 1998, p. 33).

⁷ Principal obra de Marsh: “Man and Nature or Physical Geography as Modified by Human Action” (1864).

Nessa época, as ideias preservacionistas que viriam a ajudar a compor, até certo ponto, a visão ecocêntrica, possuíam uma grande relação com a necessidade de encontro espiritual do homem no universo. A necessidade de se reconectar com a natureza, em meio a um recém gerado caos de uma sociedade que se tornava cada vez mais urbana e industrial fazia clamar nos homens a necessidade de se conectar com o mundo natural, que, para grande parte dos preservacionistas, era uma conexão com o espiritual existente nesse meio. Henry David Thoreau (1817 – 1862)⁸, um dos autores que influenciou essa corrente, acreditava na existência de um Ser Universal, transcendente no interior da natureza.

Usando a intuição, mais que a razão e a ciência, os humanos poderiam transcender as aparências físicas e perceber as correntes do Ser Universal que liga o mundo. Thoreau expressou a percepção resultante: 'A terra sobre a qual caminho não é um ser morto, uma massa inerte; é um corpo, um espírito, é orgânico e transparente às influências do espírito'. As florestas, declarou numa viagem em 1857 no Maine, não são sem dono, mas cheias de espíritos tão bons quanto eu. O que denominamos mundo selvagem, escreveu em 1859, é uma civilização diferente da nossa. (Nash, 1989, p. 35⁹ apud DIEGUES, 1998, p. 30).

Vale destacar que, apesar de atualmente não ser considerado, de fato, uma corrente de pensamento inteiramente ecocêntrica, é inegável a contribuição do movimento preservacionista para a evolução do pensamento ecocêntrico, cuja essência fundamental é a igualdade do homem em relação às demais espécies.

Sendo assim, o ecocentrismo baseia-se nas ideias de que o ser humano não é uma espécie mais importante diante das demais espécies existentes, nem tampouco concede ao homem o direito de exploração da natureza. Segundo Diegues (2000) “os ecocêntricos, que afirmam ser o ser humano somente uma espécie entre as demais, advogam não somente a redução dos seres humanos na terra, mas afirmam que estes não têm direitos de dominação sobre as demais espécies” (DIEGUES, 2000, p. 09). Para os ecocêntricos, o mundo natural possui um valor intrínseco, ou seja, independente da utilidade que ele possa apresentar para o ser humano.

Outra especificidade do pensamento ecocêntrico é sua crítica à valorização da natureza por motivações humanas, mesmo que essas não sejam de exploração e utilização de seus recursos para fins materiais. Razões de valorização ligadas à apreciação estética e até mesmo espiritual são consideradas formas utilitaristas de se relacionar com a natureza, uma vez que podem causar a desvalorização de áreas naturais que não possuam esse apelo diante dos seres humanos.

Essas áreas são muitas vezes consideradas mais sagradas e por esse motivo mais dignas de serem “salvas” do que lugares que faltam o requisito grandeza ou beleza sublime (e.g., terras úmidas, terras de fazenda degradadas, vegetações de beira de estrada) – mesmo que os últimos possam ser mais ecologicamente significativos ou contenham espécies ameaçadas (ECKERSLEY, 1992, p. 40).¹⁰

Para esse mesmo autor, ecocentrismo é baseado em uma filosofia ecologicamente orientada de *relacionalidade interna*, de acordo com que todos os organismos são não simplesmente interrelacionados com seu ambiente mas também *constituídos* por aqueles mesmos interrelacionamentos ambientais¹¹ (ECKERSLEY, 1992, p. 49).

Isto significa que os ecocêntricos possuem uma visão mais holística do mundo natural, acreditando que o mundo é uma rede de relações intrinsecamente dinâmica e interconectada, em que não existem

⁸ Principal obra de Henry David Thoreau: “Desobediência Civil” (1985); “The Maine Woods” (1864).

⁹ NASH (1989) NASH, R. 1989. The Rights of Nature: a History of Environmental Ethics. Wisconsin: University of Wisconsin Press.

¹⁰ Tradução da autora a partir do original: “These areas are often considered holier and therefore more worthy of being ‘saved’ than places that lack the requisite grandeur or sublime beauty (e.g., wetlands, degraded farm land, roadside vegetation) - even though the latter may be more ecologically significant or contain threatened species” (ECKERSLEY, 1992, p. 40).

¹¹ Tradução da autora a partir do original: “Ecocentrism is based on an ecologically informed philosophy of internal relatedness, according to which all organisms are not simply interrelated with their environment but also constituted by those very environmental interrelationships” (ECKERSLEY, 1992, p. 49).

entidades absolutamente descontínuas e não existem linhas divisoras absolutas entre o animado e o não-animado, o vivo e o não-vivo ou o humano e não-humano.

No pensamento ecocêntrico, que reconhece a importância de cada uma das espécies vivas presentes na natureza, as características únicas ou especialmente executadas por seres humanos, como a capacidade de raciocínio ou a forma de linguagem elaborada não são razões para que essa espécie seja considerada mais valiosa para o mundo natural. Isso se dá tanto por reconhecer que certos indivíduos dessa mesma espécie podem não ser capazes de executar essas habilidades, como por valorizar as demais habilidades que outras espécies possuem e que os seres humanos não. Para os ecocêntricos, a visão antropocêntrica de super valorização das capacidades exclusivamente humanas constitui-se em uma forma de chauvinismo humano. A lógica de pensamento que permeia o ecocentrismo é que os outros seres vivos possuem incontáveis capacidades que os seres humanos não possuem e considerá-las menos valiosas é pura e simples arrogância.

Outro elemento de importância no pensamento ecocêntrico, colocado por Eckersley (1992), é a crença de que, por sua grande interrelacionalidade, a natureza é ainda mais complexa do que se pode compreender atualmente e provavelmente mais do que um dia será possível compreender. Dessa maneira, atitudes antropocêntricas irresponsáveis e ecologicamente míopes podem causar danos imprevisíveis e irreparáveis ao mundo natural.

Esse conceito de relacionalidade interna se constitui como a base do pensamento ecocêntrico. A visão de que todos os seres são resultado de uma rede de relações entre outros seres e o seu meio, assim como são capazes de modificar e influenciar esse meio e os demais permeia o âmbito ecocêntrico e dá o tom de sua filosofia e postura, como coloca Zimmerman¹² (1979)

[...] o paradigma de relações internas nos deixa ver a nós mesmos como manifestações de um universo complexo; nós não somos separados mas somos momentos no processo sem limite, produtor de novidades de evolução cósmica (ZIMMERMAN, 1979, p. 102)¹³.

Para os ecocêntricos, que primam por uma orientação de não-favoritismo, todas as formas de vida devem ser valorizadas. Uma das críticas que geralmente recaem sobre esse tipo de pensamento é a de que os seres-humanos não podem agir ou pensar como seres não humanos, considerando o antropocentrismo a única maneira de lidar com o mundo natural. Essa crítica falha, segundo os ecocêntricos, ao não perceber que a questão principal não é pensar como um ser de outra espécie, mas, seguindo a orientação do não-favoritismo, respeitar sua possibilidade de existência.

Outra crítica relevante é a de que o ecocentrismo prega uma atitude passiva diante das demais espécies, renegando necessidades básicas como alimentação ou auto-proteção (ou até mesmo a proteção de outras espécies). Entretanto, segundo Eckersley (1992), o ecocentrismo enxerga a necessidade de interferência na vida e nos habitats de demais espécies, mas prega um cuidado, considerando todas as espécies vivas existentes e buscando atitudes que sejam holisticamente mais saudáveis ao mundo natural e sensíveis às necessidades das demais, não-humanas, formas de vida. O ecocentrismo não nega a necessidade e inevitabilidade de infligir sofrimento, morte ou interferir de alguma forma em outras espécies, mas procura minimizar os danos e maximizar as oportunidades de vida a um raio mais abrangente de comunidades e organismos, inclusive os seres humanos. Ele (o ecocentrismo) não se coloca contra as espécies humanas nem contra a celebração das formas de excelência dessa espécie, mas se posta em discordância à ideologia do chauvinismo humano.

¹² ZIMMERMAN, Michael, 1979. Marx and Heidegger on the Technological Domination of Nature. *Philosophy Today* 23. P. 99 - 112.

¹³ Tradução da autora a partir do original: "(...) the paradigm of internal relations lets us view ourselves as manifestations of a complex universe; we are not apart but are moments in the openended, novelty-producing processo f cosmic evolution".

Ecoturismo ¹⁴ e ambientalismo

Em meio às discussões ambientalistas do século passado, foram colocadas em pauta estratégias e ações que fizessem com que as atividades econômicas realizadas pelos homens tornassem-se ecologicamente sustentáveis para o planeta (desenvolvimento sustentável). E, assim como outras, a atividade turística também passou a ser repensada para além do modelo tradicional.

Essa outra forma de turismo – o chamado turismo alternativo – surgiu no seio das discussões travadas a partir das décadas de 1960 e 1970, buscando um equilíbrio entre exploração e conservação e se opondo ao turismo convencional de massa, que se propagava cada vez mais. Era enxergada, não como uma tipologia específica de turismo, mas uma maneira de se realizar a atividade de forma menos impactante. Evoluindo ao longo dos anos, hoje a definição se estende a uma sustentabilidade não somente econômica e ambiental, como também, cultural e social (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2005).

Como fruto dessa nova abordagem do turismo, surge também o que hoje é chamado de ecoturismo, um turismo orientado para o meio natural e que possui como algumas de suas premissas a valorização do meio ambiente e o respeito às comunidades autóctones.

O ecoturismo, que se confundiu em seus primeiros anos com “o turismo alternativo”, tem seu surgimento traçado a partir das décadas de 1960 e 1970, juntamente com os movimentos de contracultura e ambientais que ganhavam força naquele momento. Como apontam Wearing e Neil (2001), essa forma de turismo foi originalmente concebida como uma alternativa às ameaças culturais e ambientais causadas pelo turismo de massa e logo foi caracterizada como um turismo comedido e que teria o menor impacto possível nos ecossistemas naturais.

Assim como ocorre com a definição de turismo, não há consenso no que se refere ao ecoturismo, existindo diversas definições e concepções do que ele seja e quais tipos de atividades seriam abarcadas sem descaracterizá-lo ou transformá-lo em “outra coisa” como, por exemplo, um turismo de aventura, ou simplesmente um turismo comum praticado em áreas naturais.

Segundo Goodwin (1996), existe uma distinção, por exemplo, entre o ecoturismo e o turismo na natureza, considerando que esse último “é a viagem com o objetivo de apreciar as áreas naturais não desenvolvidas ou a vida selvagem”. (GOODWIN, 1996, p.283). Contudo, uma vez que a apreciação de áreas naturais não é de exclusividade da prática ecoturística, qual seria então o seu diferencial?

Para tentar elucidar essa questão, apresenta-se a seguir algumas definições de diferentes autores do que seria essa atividade. Ceballos-Lascurain (1991), afirma que:

Ecoturismo ou turismo ecológico consiste em viagens ambientalmente responsáveis com visitas a áreas naturais relativamente sem distúrbios, para desfrutar e apreciar a natureza – juntamente com as manifestações do passado ou do presente que possam existir, e que ao mesmo tempo promove a conservação, proporciona baixo impacto pelos visitantes e contribui positivamente ao envolvimento sócio econômico ativo das populações locais (CEBALLOS-LASCURAIN, 1991, p.34).

O próprio Goodwin (1996) apresenta uma definição que apresenta o ecoturismo como:

O turismo na natureza, de baixo impacto, que contribui à manutenção de espécies e habitats diretamente, por meio de uma contribuição à conservação e/ou indiretamente produzindo rendimentos para as comunidades locais para que elas valorizem e, portanto, protejam suas áreas herdadas de vida selvagem como fonte de renda (GOODWIN, 1996, p. 279).

¹⁴ Entende-se que o (s) conceito (s) de ecoturismo abarca (m) premissas de grande relevância nos contextos sociais, ambientais, econômicos e culturais das regiões e comunidades em que ocorre sua prática. Entretanto, em função da temática desta pesquisa, concentrar-se-á em uma reflexão a respeito dos possíveis impactos pessoais da prática em seu público alvo (os turistas) e as possíveis ramificações disso para o quadro ambiental do planeta.

Já a Embratur, em 1994, considerou o ecoturismo como:

Um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações envolvidas, toda atividade turística realizada em uma área natural com o objetivo de observação e conhecimento da flora, fauna e aspectos cênicos (com ou sem sentido de aventura); prática de esportes e realização de pesquisas científicas (EMBRATUR, 1994).

Essas três definições apresentam três aspectos em comum que se configuram como algumas das premissas que envolvem a atividade: o baixo impacto, que deve ser entendido como atividade de mínimo impacto possível; o bem-estar das comunidades envolvidas, entendendo-se como bem-estar econômico e social das comunidades do entorno do local onde a atividade toma lugar; e a conservação da área visitada. Não é abordado de maneira clara, por exemplo, sobre como seria alcançada essa conservação. Entretanto, entende-se que a conservação seria possível, por exemplo, por meio da educação do turista para a importância da área e do meio natural como um todo.

Esse último aspecto nos fornece uma informação subentendida revelada nos conceitos mostrados acima sobre um fator relevante à prática ecoturística - o fator educativo, que, como aponta Fennell (2002), é um dos componentes que diferem o ecoturismo de outras formas de turismo praticadas na Natureza.

Alguns dos princípios básicos do ecoturismo, como aponta Gontijo (2003), incluem os três apontados acima, são eles:

(1) ênfase na natureza e nos aspectos culturais “autênticos”; (2) minimização dos impactos ambientais; (3) envolvimento e geração de benefícios para as comunidades locais; (4) difusão da consciência ecológica através da educação ambiental; (5) compromisso com a conservação da natureza (GONTIJO, 2003, p. 175).

Entretanto, apesar da grande indefinição do que seja de fato esse segmento da atividade turística, não se pode negar a grande importância que o mesmo vem tomando na vida de muitas pessoas que se sentem impelidas a empregar esse tipo de viagem em meio à natureza já ausente - ou quase - em suas vidas cotidianas.

Acredita-se que os homens das sociedades modernas sentem uma necessidade de reconexão com o mundo natural em razão da percepção, cada vez maior, da grande artificialidade existente em suas vidas cotidianas. Muitos deles se sentem atraídos pelo mistério, pela magnitude e pela beleza do mundo natural. E esse fascínio, principalmente pelo fato de que, atualmente, a natureza se constitui como uma novidade no mundo de alguns homens e mulheres, provoca um movimento de retorno ao natural.

Contudo, apesar da crescente demanda por esse tipo de atividade, pode-se dizer que poucos ainda são os homens e mulheres que se aproximam da natureza de forma a reverenciá-la, com o respeito que a ela se deve mostrar. Os turistas, que se dizem “eco”, em muitos momentos pouco refletem a respeito de suas posturas diante do meio natural. Percebe-se não haver uma relação diretamente proporcional entre o aumento desse segmento da atividade turística e a mudança de valores e posturas dos homens perante o meio ambiente.

Potencialidades

Por meio das definições e conceitos do que seria a atividade ecoturística, pode-se perceber que esta atividade possui um grande potencial¹⁵ de sensibilização dos homens no tocante à questão ambiental. A realização de atividades que aproximem o homem ao mundo natural, combinadas com ações que levem à conservação dos lugares e ações que eduquem os seres humanos a respeito dessa importante questão, podem possuir efeitos positivos em pequena, média e até mesmo em grande escala. Homens “renovados” por experiências como essas podem servir como multiplicadores de posturas e visões mais ecologicamente corretas, seja em casa com seus filhos e companheiros, pais ou irmãos, ou em outros ambientes em que a troca de ideias é estimulada.

Acredita-se que poucas são as pessoas que passam ilesas por momentos de contato com a natureza. Mesmo que esse efeito não seja um efeito catártico, nem tampouco um efeito de modificação em algum sentido, como se esperaria, mesmo sendo breve e superficial, ainda assim terá causado algum impacto. A maneira como determinadas pessoas vão se deixar “tocar” por esse contato depende, entre outros fatores, da pré-disposição dessas perante o meio natural em que estão inseridas, de suas relações prévias com o mundo natural, sua visão a respeito do meio ambiente, que pode representar para elas como um lugar assustador, desafiador, repugnante, mágico ou especial, e sua abertura para se permitir reavaliar e modificar essas impressões iniciais.

Nesse sentido, como coloca Kinker (1999)¹⁶ apud Barros e Dines (2000),

a insegurança inicial nesse ambiente, natural do indivíduo que mora em centros urbanos, vai sendo substituída pela sensação de bem-estar a cada visita e, gradativamente, a curiosidade e o interesse pelos ambientes visitados geram o interesse do visitante em se informar sobre eles. A pesquisa indica que os visitantes que tem maior grau de conscientização são aqueles que incluem uma visita a uma unidade de conservação na maior parte de suas viagens (BARROS e DINES, 2000, p. 56).

Essa afirmativa nos leva a perceber um dos maiores potenciais que a atividade possui, ao poder proporcionar uma mudança nas percepções e interesses dos homens modernos e urbanizados no que diz respeito a sua relação com o mundo natural pela aproximação que esses homens e mulheres passam a ter nesses momentos “ecoturísticos”. Entretanto, vale ressaltar que a pesquisa realizada por Kinker, destacada por Barros e Dines (2000), detectou também, que, no que tange à atividade ecoturística realizada em unidades de conservação (parques), “o maior número de visitantes chega aos parques em viagens informais (não organizadas por agências/operadoras de turismo ou grupos)” (BARROS e DINES, 2000, p. 55). Esse dado leva a crer que essas pessoas, mesmo que inseridas em contextos urbanos de grande afastamento com o mundo natural, encontram-se de alguma maneira já no estado de pré-disposição para com o contato real e intenso com o mundo natural, uma vez que se pressupõe que o perfil de viajantes independentes engloba essa característica.

Quando não existe essa pré-disposição ou caso ela exista em função de ações de marketing, tão comuns no meio turístico, e que “reforçam a ideia de busca pelo paraíso perdido” (GONTIJO, 2003, p. 176), esse contato gera um processo de espetacularização da natureza, espetacularização essa que estimula e intensifica seu consumo, adaptação e, conseqüente, destruição. Assim, acredita-se que o simples contato com o mundo natural não será suficiente para despertar o início de uma nova relação com a natureza e incitar as reflexões necessárias à mudança de posturas e atitudes. O mesmo ocorre caso essa pré-disposição se dê por noções de modismo, também tão inerentes à atividade turística em seu “ciclo de vida das destinações” (GONTIJO, 2003, p. 177).

¹⁵ Vale ressaltar a utilização do termo potencial pelo motivo que enxerga-se aqui as diversas possibilidades da atividade, entretanto reconhece-se que essas possibilidades não irão, necessariamente, se concretizar caso outros fatores não sejam contemplados.

¹⁶ KINKER, Sônia. Ecoturismo e Conservação da Natureza em Parques Nacionais. Campinas, SP: Papirus, 1999.

Dessa maneira, faz-se perceber a enorme importância da função educativa do ecoturismo. Independente do grau de conscientização dos (eco)turistas, a ação educadora dessa atividade se faz extremamente necessária, uma vez que se entende que a consciência ecológica predominante no mundo ocidental é ainda a conservacionista antropocêntrica.

Acredita-se, inclusive, que o principal potencial da atividade é a educação do turista quanto a importância e a necessidade de se cuidar e, acima de tudo, respeitar os elementos naturais e o planeta como um todo. Essa educação serviria para que esse turista-homem, em seu papel como cidadão, possa ter em si despertada uma nova consciência da relação com o mundo natural e, a partir daí, ser também agente transformador da realidade ambiental.

Dessa maneira, é necessário que a educação dos turistas, bem como os teóricos do turismo, atente-se para uma nova visão, mais condizente com o que se acredita ser o necessário a uma relação verdadeiramente mais harmônica entre os seres humanos e o planeta. Enxergar o papel e o real valor dos seres humanos na rede de relações existente no mundo natural, prostrando-se com humildade diante dos demais seres e respeitando as relações desses seres entre si e com os demais, bem como as interações existentes entre todos os elementos da natureza, pode ser o primeiro passo para uma mudança real, e a atividade ecoturística, baseada nessas premissas, pode possuir um papel de relevância.

A percepção da interdependência e da complementaridade que se tem com os outros lembra aos participantes que eles são membros de uma grande teia, enorme e complexa em suas relações, desfazendo as hierarquias a que estavam acostumados (MENDONÇA e NEIMAN, 2002, p. 169).

Nesse sentido, a atividade possibilitaria essa compreensão não somente dos indivíduos para com seus pares, como também para com o restante dos elementos componentes dessa teia, permitindo que essa desconstrução conceitual das hierarquias se estenda aos demais seres vivos da Terra. Desse modo, uma visita a espaços naturais, refletindo sobre essa lógica e a questionando, transforma o tradicional comportamento indiferente dos humanos (MENDONÇA e NEIMAN, 2002, p. 161).

Entretanto, vale ressaltar que todo esse processo de aprendizado necessita ser, em sua maioria, direcionado para essa visão mais ecológica da vida, uma vez que os turistas que praticam essa atividade podem não possuir um olhar capaz de enxergar essas relações, tão distantes de sua vida cotidiana.

Além de um novo entendimento do papel dos seres humanos no planeta e da importância existente no mundo natural, o contato direto com a natureza pode servir como uma verdadeira escola, em que os seres humanos descobrem e aprimoram algumas de suas próprias capacidades, que, como afirmam Mendonça e Neiman (2002), são dificilmente desenvolvidas em ambientes muito transformados pelos homens.

O tempo mais lento de contemplação ajuda a percepção dos ritmos e da essência das coisas, o que é raro de se fazer em ambientes humanizados. Usam-se muito pouco atributos como a capacidade de percepção sensorial, a consciência, a intuição, a elaboração dos sentimentos [...] Na natureza, isso é mais fácil: avista-se um pássaro, uma lagarta, um roedor e surge uma possibilidade de aprimoramento para o ser humano (MENDONÇA e NEIMAN, 2002, p. 161).

Toda essa transformação dos homens, sensibilizados e educados mediante uma experiência no mundo natural, poderia, por sua vez, e a longo prazo, contribuir para uma mudança maior de paradigmas sociais e culturais, de mudanças mais expressivas na maneira como as sociedades enxergam a natureza. Dessa maneira, o potencial de conservação do meio ambiente também seria alcançado,

uma vez que “a percepção adequada do lugar cria vínculos (Tuan, 1983), um senso de responsabilidade que pode transformar cada visitante em mais um aliado na causa da conservação da natureza” (BARROS e DINES, 2000, p. 51).

No que diz respeito à conservação ambiental, o ecoturismo ainda tem expandidas as suas possibilidades de atuação, uma vez que, segundo Wearing e Neil (2001) essa atividade não se limita à somente viagens de lazer em lugares tranquilos e ambientalmente saudáveis.

ele também pode “rejuvenescer” a natureza. A reabilitação de áreas degradadas como resultado de atividade humana pode ser classificada como ecoturismo, já que nesse caso há uma contribuição clara ao meio ambiente e um benefício direto para a comunidade local. Há um impulso ético para os turistas viajarem a essas áreas prestando serviços voluntários ao meio ambiente (WEARING e NEIL, 2001, p. 11).

Mesmo que o caráter educativo possa estar relegado a um segundo plano nesses momentos, embora acreditamos que não esteja, a conservação encontra seu lugar nessas ocasiões. Entretanto, vale refletir que a maioria das atividades denominadas “ecoturismo”, e, principalmente, as atividades propostas pelo *mercado turístico*, geralmente não se encaixam nesse contexto.

Entraves

Apesar de possuir um potencial de auxílio para, além de outras coisas, agregar valor à experiência humana na Terra, na tentativa de reconectar o homem ao mundo natural que instauraria uma cultura de respeito entre os seres, a atividade ecoturística pode também ser desvirtuada de seus propósitos iniciais e contribuir para um maior distanciamento entre homens e a natureza. Pode servir como um fator a mais de degradação ambiental e comprometer ainda mais a qualidade de vida dos seres vivos no planeta.

Seguindo a lógica existente nessa pesquisa, que entende que uma visão agudamente antropocêntrica do homem em relação à natureza tem sido responsável pelo cenário de grande degradação ambiental visto atualmente, e com a intenção de se apresentar uma nova relação, mais harmoniosa entre esses dois sujeitos, faz-se necessário questionar, antes de mais nada, quais seriam também as intenções existente por trás dos (vários) discursos ecoturísticos. Assim, a postura predominante nos organizadores e praticantes dessa atividade revela ainda a visão utilitarista da natureza? Aquela forma mais branda de antropocentrismo? Afinal, como aponta Pires (1998) “ecoturismo é, antes de mais nada, turismo” (PIRES, 1998, p.176.) e a lógica por trás dessa atividade (turística de maneira geral) tal qual vem se desenvolvendo mais comumente pelo mercado, mesmo que não somente, ainda é a de uma atividade econômica que se baseia na comercialização de produtos, utilização e consumo de recursos (históricos, naturais, culturais e sociais) disponíveis.

Partindo desse ponto de vista, percebe-se que, por si só, em razão de sua característica intrínseca, a atividade ecoturística, comercializada como tem sido como um fim em si mesmo (o turístico), encontraria um problema de dimensões enormes caso se propusesse a se intitular “ecocêntrica”. O ecocentrismo, como visto anteriormente, nega a valorização da natureza simplesmente por alguma função que possa possuir para os seres humanos, algo que, em se tratando do turismo, torna-se impossível se desvencilhar.

O turismo, por mais consciente, alternativo, brando, de baixo impacto e “eco” que se possa apresentar, ainda utiliza-se dos elementos naturais (e culturais) como propulsores, como chamativos, e para se utilizar da terminologia da área, como atrativos.

Na literatura existente sobre o tema apresentam-se inúmeras vezes a função, a necessidade e a importância dos “recursos” naturais para a atividade ¹⁷. O desenvolvimento sustentável, a sustentabilidade - que se vincula automaticamente à ideia de exploração branda de recursos para as gerações presentes e futuras -, também se mostra fator de relevância no que tange as premissas e bases conceituais do ecoturismo. Dessa maneira, encontra-se aqui um risco e um delicado problema de semântica (com a utilização do termo “recursos”) que necessita ser, talvez, reavaliado, para que a atividade não se comprometa desde o princípio a uma ideia inteiramente antropocêntrica e utilitarista. A utilização de termos como esse pode reafirmar a ideia de servidão do mundo natural diante das necessidades dos homens, mesmo sendo elas de lazer, de contemplação ou de descanso.

Segundo Fennell (2002), alguns ambientalistas nas décadas de 1960 e 1970, os que ele intitula como “mais entusiastas” (que propunham uma mudança e criação de uma nova ordem social), acreditavam ser o ecoturismo

simplesmente uma extensão dessa filosofia de “trabalhar dentro do sistema” e que, pelo menos conceitualmente, tenta entrelaçar os elementos da economia e da ecologia (via parques), por meio dos princípios do ambientalismo e do desenvolvimento sustentável[...] (FENNEL, 2002, p. 83).

Dessa maneira, nessa mesma linha de pensamento, acredita-se que as principais limitações da atividade para o alcance do objetivo proposto nesse trabalho sejam, de fato, a utilização de termos que reforçam o papel secundário da natureza para os homens (em sua maioria), sua dependência econômica perante o meio natural e a má ou não-utilização de seu aspecto educativo - que será tratado mais adiante. Acredita-se que mais do que somente semanticamente, o ecoturismo ¹⁸ se afasta dos ideais ecocêntricos uma vez que comercializa o meio natural e valoriza determinadas áreas por suas características cênicas ou de biodiversidade exótica.

Acredita-se que a comercialização dos meios naturais por meio do turismo apresenta-se como uma forma clara de antropocentrismo por parte do *mercado*, que mais comumente é o principal ator que se apropria desses espaços para fins de lucro. Afinal, como aponta Gomes (2000) “[...] o fato de seu exercício ecoturístico orientar-se pela ideia do lucro, não as (as operadoras) torna tão vinculadas com o ideário ambientalista.” (GOMES, 2000, p. 78). E como completam Costa, Rossi e Schumacher (2002) ¹⁹ *apud* Neiman (2002), “enquanto as sociedades mantiveram o pensamento de que tudo deve gerar lucro, o ecoturismo será apenas ‘eco’ de interesses materialistas[...]” (NEIMAN, 2002, p. 178).

Vale ressaltar, entretanto, que essa contradição não é tão clara no discurso dos atores dessa atividade, uma vez que encontra-se sutilmente alocada em meio a expressões e ideias mais brandas e ecologicamente corretas, como “conservação”, “estudo” e “admiração”.

Portanto, acredita-se ser relevante atentar-se para essa contradição, uma vez que, principalmente dos pontos de vista discursivo e prático, essa maneira utilitarista de se relacionar com o meio pode contaminar desde o princípio o potencial que essa atividade pode possuir de modificação mais profunda das relações homem e natureza. Especialmente quando essas posturas contraditórias partem daqueles que são considerados “autoridades” no assunto e, por esse motivo, servem muitas vezes como parâmetros do que seriam pensamentos e atitudes “verdadeiramente” ecológicos.

Outro grande problema encontrado no ecoturismo é o grande distanciamento existente entre sua prática e sua teoria. Como explicitado em vários de seus conceitos, uma das premissas da atividade é sua preocupação com a conservação do meio natural. Entretanto, como abordado anteriormente, sendo gerida como uma atividade econômica e um negócio, essa prática tem se afastado cada vez

¹⁷ Para exemplos da “superutilização” desse termo, ver Fennell (2002), Wearing e Neil (2001).

¹⁸ Vale ressaltar que trata-se aqui do ecoturismo comercializado, vendido por operadoras de viagens e “empresas ecoturísticas”, em que se pressupõe um lucro obtido da “utilização” do meio. Não se acredita que uma atividade ecoturística independente, realizada por um indivíduo ou grupo de pessoas com fins científicos, acadêmicos ou até mesmo pessoais NECESSARIAMENTE encontraria imediatamente essa contradição, sendo necessária uma análise individual. Além disso, a atividade gerida por ONG’s ambientalistas ou até mesmo pelas próprias unidades de conservação, como Parques Nacionais, também pode fugir dessa contradição uma vez que os lucros obtidos com a atividade são direcionados para ações de conservação da própria região, caracterizando-se como um “oportunismo de mercado” em oposição à “exploração do turismo na natureza” (GOMES, 2000). Para um esclarecimento mais abrangente dessas diferenças ver Gomes (2000) e Barros e Dines (ano).

¹⁹ COSTA, Paula Chamy Pereira da; ROSSI, Patrícia Regina; SCHUMACHER, Silvana Maria. Reflexões Finais: a real contribuição do Ecoturismo para a Natureza. In: NEIMAN, Zysmar (org.) Meio Ambiente, Educação e Ecoturismo. Barueri, SP: Manoele, 2002. p.177-181.

mais de suas preocupações conservacionistas, funcionando “dentro de uma lógica do mercado e priorizando os aspectos voltados à prestação de serviços e o retorno econômico” (MENDONÇA e NEIMAN, 2002, p. 168). A visão do meio ambiente como gerador de lucros, no Brasil, ainda possui poucos exemplos que conseguem negar a afirmação exposta acima e conciliar proteção ambiental e geração de lucros e renda. Ainda na maioria dos locais enxerga-se a supervalorização dos aspectos e ganhos econômicos em detrimento dos demais, na tentativa de se alcançar lucro rápido e com pouco investimento e contra-partida, o que em curto, médio e longo prazos traz danos muitas vezes irreversíveis ao meio natural.

Mais uma vez, acredita-se que o maior potencial de mudança humana dessa atividade é a educação que ela realizaria. Entretanto, esse princípio educativo tem sido muito pouco praticado. Como afirmam Mendonça e Neiman (2002),

as empresas tem muito raramente dedicado atenção especial a um trabalho educativo elaborado a partir de pressupostos inovadores. Costumam supor que o simples contato com a natureza já é algo suficientemente excepcional para garantir uma mudança de comportamento nos indivíduos (MENDONÇA e NEIMAN, 2002, p. 168).

Acredita-se sim que a simples experiência direta no mundo natural pode causar impactos relevantes em alguns homens e mulheres, por quaisquer razões que sejam, principalmente “dependendo da pré-disposição (e de sua ‘intimidade’ com a natureza) do turista” (ARAÚJO, 2008, p. 40). Entretanto, em um mundo tão acostumado a enxergar a natureza como uma fonte de recursos, um novo olhar que seja capaz de despertar uma nova postura necessita, ser trabalhado, já que muito dificilmente ele surgiria espontaneamente. Por esse motivo, acredita-se ser necessário unir novas percepções, fatos e noções de responsabilidade individual e coletiva das ações do homem perante o meio ambiente a essas experiências diretas de êxtase, de arrebatção, e de encantamento que somente o contato com natureza pode proporcionar.

Dessa maneira, entende-se a importância do contato com a natureza até mesmo como forma de familiarizar o homem moderno com esse mundo menos alterado e natural. Entretanto, apenas “jogá-lo” nesse ambiente, sem preparo, sem incentivo à reflexão, sem estímulo a uma mudança interior tenderá que esse contato seja mais nocivo à natureza e superficial para os homens do que se busca. Poderá não ter o alcance de transformação de posturas e mudança de relações entre homens e mundo natural.

Sem a atuação educadora de todos os profissionais envolvidos com o ecoturismo fica mais difícil vislumbrar importantes processos de mudança. É uma experiência cultural que leva a consumir paisagens, a listar os atrativos a serem visitados e a cancelá-los à medida que se passa por eles. O ecoturista costuma ter em seu cômputo geral “quantos” lugares já conheceu e qual será o “próximo” roteiro que fará. Procura novos destinos nas agências que conhece. (...) A lógica de descoberta de novos roteiros, de novos lugares, acaba sendo a mesma lógica do consumo do supermercado. Quer dizer: consome-se paisagens e não se tem uma experiência pessoal e diferente. Claro que essas observações não podem ser generalizadas, pois muitos têm experiências intensas e enriquecedoras. Porém, essa é a lógica mais comum dos ecoturistas, das agências e das pessoas que trabalham com ecoturismo e da maneira como ele está se desenvolvendo (MENDONÇA e NEIMAN, 2002, p. 171).

Considerações finais

Ao serem identificadas as potencialidades e os entraves existentes nos caminhos trilhados a partir da atividade ecoturística, enxerga-se necessário um momento para reflexões a respeito de como seria possível transformar todo o potencial dessa atividade em pontes efetivas, fortes e estáveis, capazes de permitir um caminho tranqüilo de transformações humanas.

Primeiramente, faz-se necessário repensar até mesmo que tipo de ação educadora seria essa proposta pelo ecoturismo. A educação ambiental, ferramenta tão importante e vinculada à teoria da atividade ecoturística, por questões de viabilidade prática tende a se concentrar em ações pontuais. É esse caráter dinâmico e, ao mesmo tempo, pouco profundo pode apresentar falhas em sua tentativa de despertar nos homens novas percepções e sentimentos em relação à natureza. Acredita-se ser necessário um processo mais elaborado de educação, uma vez que se entende que somente ações como construção de placas interpretativas, folhetos ou mapas, podem não alcançar os objetivos de sensibilização aos quais se propõem.

Além disso, há que se preocupar com os vícios de linguagem (como os que foram apresentados anteriormente) e de visões existentes no mundo ocidental impregnado de uma postura conservacionista antropocêntrica, na qual, conforme aponta Mendonça e Neiman (2002),

a sustentabilidade é explicada e defendida com argumentos estritamente técnicos, embasados na confiança da superação de problemas através do conhecimento científico. Assim pode-se calcular quantas árvores podem ser cortadas para se fazer um manejo florestal ou quantos animais pode-se abater para garantir a estabilidade de uma população. Nunca se admitem outras lógicas para a existência dos espaços naturais, o fato de que eles têm que simplesmente existir por existir, por uma questão espiritual, ética ou mítica (MENDONÇA e NEIMAN, 2002, p. 165).

Há também que se deixar claro que a experiência direta na natureza deve ser realizada com objetivos educativos e de reconexão do homem ao mundo natural incentivando o desenvolvimento de sentimentos topofílicos mais abrangentes, para com o conceito de natureza e não somente com lugares específicos.

Acredita-se que o ecoturismo melhor alcançaria seus objetivos educacionais e de conservação, quando passasse a ser enxergado como um instrumento da educação ambiental, e não o contrário; funcionaria como uma forma de aproximar o homem com o mundo que ele vem “descobrir” teoricamente, dentro de um processo educativo elaborado. Dessa forma, a atividade ecoturística poderia redirecionar seu foco não como uma atividade que, conscientemente ou não, consome paisagens, mas sim como uma atividade que “pede licença” ao mundo natural para a realização de uma “atividade de campo” como parte de um processo de educação dos homens.

Crê-se que o ecoturismo desvinculado da ação educadora corre o risco de não passar de um fato extraordinário. Algo que ocorre separado do cotidiano das pessoas, como uma “pausa” na vida real e que permanece sempre desvinculado das realidades individuais. Da Matta (1986) afirma que uma sociedade se alterna entre momentos cotidianos/rotineiros e momentos especiais, denominados “extraordinários”. Segundo ele, “[...] extra-ordinário, como o próprio nome indica, evoca tudo que é fora do comum, e exatamente por isso, pode ser inventado e criado por meio de artifícios e mecanismos” (DA MATTA, 1986, p. 68). Nesse sentido, pode-se dizer que o contato próximo do homem com o mundo natural é um evento extraordinário nas sociedades modernas, graças ao grande distanciamento dessas sociedades com a natureza. Dessa forma, o ecoturismo trata-se de uma possibilidade de propiciar esse extraordinário para os praticantes dessa atividade.

Como afirma Da Matta (1986) “o momento fora do comum que é planejado e tem tempo marcado para acontecer[...] é um espelho muito importante pelo qual a sociedade se vê a si mesma e pode ser vista por quem quer que deseje conhecê-la” (DA MATTA, 1986, p. 71). Dessa maneira, entende-se que essa atividade possa servir para mostrar o atual afastamento dos homens e o mundo natural. Que o que pode ser evidenciado nesse espelho é a realidade de ausência desse mundo no cotidiano humano. O risco, entretanto, pode ser a falsa sensação de reencontro com o natural que essa atividade pode causar, servindo somente para realçar nos homens essa dicotomia entre “cotidiano e extraordinário”, restringindo e eternizando o contato com a natureza a momentos unicamente extraordinários, servindo, dessa maneira, como um fator de intensificação desse afastamento.

Para superar esse paradigma seria necessário transformar essa proximidade em algo comum, traduzindo os sentimentos de cuidado e admiração pelo mundo natural nos atos do dia a dia, utilizando-se para isso o potencial educativo da atividade ecoturística. É necessário que os turistas, através da educação recebida, “(...) modifiquem seu cotidiano e não fujam dele” (GONTIJO, 2003, p. 178).

Referências bibliográficas

- BARROS, Maria Isabel Amando de, DINES, Milton. Mínimo impacto em áreas naturais: uma mudança de atitude. In: SERRANO, Célia. *A educação pelas pedras: ecoturismo e educação ambiental*. São Paulo: Chronos, 2000. p.47-84.
- CEBALLOS-LASCURAIN, H. Tourism, Ecotourism and Protected Areas. Parks. v.2, n.3, p. 31-35, 1991.
- COSTA, Paula Chamy Pereira da; ROSSI, Patrícia Regina; SCHUMACHER, Silvânia Maria. *Reflexões Finais: a real contribuição do Ecoturismo para a Natureza*. In: NEIMAN, Zysman (org.) Meio Ambiente, Educação e Ecoturismo. Barueri, SP: Manole, 2002. p.177-181.
- DAMATTA, Roberto. *O que faz o Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 1986.
- DIEGUES, Carlos A. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- DIEGUES, Carlos A. *Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos*. In: DIEGUES, Antônio Carlos (Org.). *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: Hucitec; Nupaub-USP, 2000. p. 1-46.
- ECKERSLEY, Robyn. *Environmentalism and political theory: towards an Ecocentric Approach*. Londres: UCL Press Limited, 1992.
- EMBRATUR. *Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo*. Brasília: EMBRATUR / IBAMA, 1994.
- FENNELL, David A. *Ecoturismo: uma introdução*. São Paulo: Contexto, 2002.
- GONTIJO, Bernardo; UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. *A ilusão do ecoturismo na Serra do Cipó/MG: o caso de Lapinha*. Tese(doutorado) -Universidade de Brasília, 2003.
- GOODWIN, H. (1996) *In pursuit of ecotourism*. Biodiversity & Conservation 5(3): 277-292.
- MENDONÇA, Rita; NEIMAN, Zysman. *Ecoturismo: discurso, desejo e realidade*. In: NEIMAN, Zysman (org.). *Meio ambiente, educação e ecoturismo*. Barueri: Manole, 2002. p. 159-174.
- NOSSO FUTURO COMUM. Rio de Janeiro: Instituto de Documentação, Fundação Getúlio Vargas, 1988.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. *Desarrollo Turístico Sostenible: Guia para Planificadores Locales*. Madrid: OMT, 1997.
- PIRES, Paulo S. *Ecoturismo no Brasil: uma abordagem histórico conceitual*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP/ FFLCH, 1998.
- TORRE, De La. *El turismo:fenômeno social*. México, Fondo de Cultura Económica, 1992.
- WEARING, Stephen; NEIL, John. *Ecoturismo: Impactos, Potencialidades e Possibilidades*. Barueri: Manole, 2001.
- WILSON, E. O. (editor); FRANCES, M. Peter (sub-editor). *Biodiversidade*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- ZIMMERMAN, Michael, 1979. *Marx and Heidegger on the Technological Domination of Nature*. Philosophy Today 23:99 – 112.